

## **A Revista Nova Escola e a Questão da Avaliação da Aprendizagem**

*Miguel André Berger*

---

### **Resumo**

O estudo constitui um mapeamento e análise dos artigos sobre avaliação da aprendizagem veiculados na Revista Nova Escola, lançada em março de 1986. Essa revista vem constituindo um canal para difusão do saber pedagógico e do saber docente, favorecendo a socialização de experiências educativas e fomentando o intercâmbio entre os educadores. Uma amostra de 60% das 198 edições foi objeto de análise, pautando-se na perspectiva historiográfica da História Cultural. Os artigos ensejam discussões sobre a concepção progressista em detrimento à visão tradicional de avaliação, envolvendo a disseminação dos novos princípios e diretrizes para nortear a prática avaliativa. Os artigos respaldam-se nas contribuições de vários educadores, entre eles Perrenoud, Luckesi, Jussara Hoffmann, Pedro Demo e Charles Hadji.

**Palavras-chave:** Revista Nova Escola, avaliação da aprendizagem, formação continuada do professor.

### **“Nova Escola” Magazine and the issue of apprenticeship evaluation**

#### **Abstract:**

This study composes a mapping and analysis effort over the articles regarding apprenticeship evaluation published in Nova Escola Magazine. First issued in March 1986, this magazine has been consolidating as a channel for spreading of pedagogical and scholar knowledge, making it easier to socialize educational experiences and enhancing educators interchanges. A sample of 60% of 198 issues was selected as the analysis object, under the historiographical perspective of Cultural History. This articles provoke discussions about the progressive conception against traditional methods of evaluation, bringing new principles and guidelines designed to direct the evaluation procedure. This articles sustains upon the contributions of several educators, including Perrenoud, Luckesi, Jussara Hoffmann, Pedro Demo and Charles Hadji

**Keywords:** Nova Escola Magazine, apprenticeship evaluation, continuous formation of teachers.

---

## Introdução

A imprensa periódica educacional vem constituindo um objeto recente de análise da historiografia na perspectiva da História Cultural, detendo-se em compreender os processos de produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos.

A revista como um impresso pedagógico pode ter vários usos, desde a propagação dos saberes escolares, bem como assumir o papel de circulação de novas diretrizes e normas defendidas pelos dirigentes educacionais.

Biccas (2001) analisou a Revista do Ensino, veiculada no período de 1925 a 1940, como uma estratégia de formação de professores (as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais. Esse impresso pedagógico oficial de educação em seu processo de produção considerou uma representação de professor, tomando-o como agente responsável para implementar as diretrizes e as propostas educativas e pedagógicas que estavam sendo veiculadas pela Secretaria de Educação do Estado no momento da Reforma Educacional Francisco Campos.

Para atingir diretamente os professores, a Revista de Ensino passou por um processo de remodelamento com vistas à implantação dos preceitos da reforma e à ampliação da sua circulação e divulgação. Além de disseminar os aspectos legais da reforma educacional e o ideário escolanovista, destinava-se também a comunicar uma maneira de fazer e de agir, utilizando-se da promoção dos “concursos” e da publicação das atividades pedagógicas, isto é, dos trabalhos dos professores premiados, buscando afirmar que as mudanças educacionais em Minas Gerais estavam surtindo êxito.

O estudo de Silva (2005) segue essa perspectiva ao tomar a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, publicada pelo INEP, como objeto de análise da produção e difusão do conhecimento pedagógico por meio de artigos que veiculam o conhecimento científico sobre educação, em busca dos fundamentos teóricos que estabeleceram as bases do modelo de escola

de massa (escola obrigatória, escola para todos) no Brasil.

Analisa como o conjunto dos discursos científicos difundidos por especialistas (pedagogos, técnicos de organizações internacionais, etc.) mediante a elaboração de um saber especializado, esteve historicamente ligado à produção de políticas e reformas do ensino.

No caso brasileiro, destaca-se o papel das agências internacionais (acordos MEC/USAID) que por meio de guias de desenvolvimento educativo e como detentores do conhecimento científico influenciaram os modos de pensar e de agir em educação, determinando práticas e políticas reformadoras relativas à expansão do ensino.

O periódico católico “A Palavra” da Diocese de Pelotas (RS), que circulou no período de 1912 a 1959, é analisado por Amaral (2004). Esse periódico divulgava as diretrizes coercitivas e autoritárias da Igreja, obrigando os fiéis a enviar seus filhos às escolas católicas e era categoricamente contrário ao ensino ministrado em escolas de ensino laico ou sob orientação de outras religiões.

A Revista do Mestrado em Educação da UFS, editada no período de 1998 a 2002, é analisada por Farias (2003), em termos de formato, autores e temáticas contempladas. Ressalta que o periódico favoreceu a divulgação dos conhecimentos e discussões produzidas no NPGED, entendendo-se assim que o mesmo confere força, significado e visibilidade à instituição da qual faz parte.

Os trabalhos comentados centram-se em periódicos oficiais ou atrelados a instituições católicas que tinham como objetivo inculcar valores e/ou disseminar diretrizes para a divulgação e o êxito das reformas educacionais.

Nesse trabalho, toma-se a Revista Nova Escola, periódico editado pela Fundação Victor Civita, mas que obtém o apoio do Ministério da Educação, para análise como um canal para difusão do conhecimento pedagógico e das diretrizes políticas emanadas da LDB e das PCNS, centrando-se na questão da avaliação da aprendizagem.

## I – A Revista Nova Escola

A Revista Nova Escola é um periódico direcionado aos profissionais e estudantes do campo do magistério e tem um ciclo de vida longo. Lançada em março de 1986, circula de maneira regular até o momento (dezembro de 2006), sendo editada pela Fundação Victor Civita, integrante da Editora Abril. A Fundação constitui uma entidade sem fins lucrativos.

No primeiro número, na seção Carta do Editor, o Presidente dessa Fundação, Victor Civita, expressou o objetivo da Revista.

*É com alegria e uma certa dose de orgulho que lhe entregamos o número 1 da Nova Escola – resultado de um velho sonho e de um longo trabalho de uma equipe de experimentados jornalistas e profissionais da Educação. Esperamos que a revista – que não é nem deseja ser uma publicação pedagógica – cumpra os objetivos que inspiram sua criação: fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho do seu trabalho;... integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica no país; e proporcionar uma troca de experiências e conhecimentos entre todas as professoras brasileiras de 1º grau.<sup>1</sup>*

Na mesma mensagem o Presidente Victor Civita mencionou que a publicação da Revista foi resultante do apoio de algumas empresas privadas e do contrato assinado com o Ministério da Educação. Em contrapartida a Fundação destinaria um exemplar da Revista às 220.000 escolas públicas de 1º grau existentes no país – no período de março a junho e de agosto a dezembro do ano letivo. A tiragem do primeiro número foi de 310.000 exemplares, sendo que nos demais números não constaram essa indicação.

Essa informação, contudo, é pouco relevante já que é uma publicação regular que tem distribuição em âmbito nacional, o que se infere ao analisar a seção destinada às correspondências de professores de várias regiões do país.

A aquisição dessa Revista pode ser feita por assinatura ou em bancas de revistas e de jornais.

O Presidente também ressaltou que a revista seria um canal de diálogo com o leitor, estando aberta para receber sugestões, críticas, bem como divulgar experiências educativas de interesse do leitor.

Acreditamos que a escolha do nome desse periódico foi bastante significativa “Nova Escola” ao ensejar um canal de informação e formação do professor, constituindo sua leitura uma alternativa de formação continuada. Ao colocar o professor diante de experiências, idéias, metodologias diferentes, ensina a reflexão e o desejo de mudança em prol de uma escola mais dinâmica e inclusiva.

A Revista Nova Escola apresentou, ao longo de seus 198 números, alterações quanto à periodicidade; no período de 1986 a 1998, editava nove números anuais, passando a lançar dez números a partir de 1999. Esses números corresponderam aos meses de janeiro/fevereiro, março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Além dos números regulares, a Fundação publicou números especiais, enfocando temáticas atuais e/ou polêmicas no campo educacional (Inclusão Escolar, Folclore) ou esclarecendo mudanças que afetaram o sistema escolar, como a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Ao longo de seus 20 anos, a revista também alterou seu formato. Os vinte números iniciais tinham 25 cm de altura e 19 cm de largura, com paginação na parte inferior da folha, com uma quantidade variando entre 54 a 68 páginas por exemplar. Nos demais números, a revista passou a ter 27,5 cm de altura e 21 cm de largura.

A capa da Revista Nova Escola sempre trouxe ilustrações coloridas, com o nome da revista na parte superior e manchetes dos temas a serem tratados a fim de atrair a atenção do leitor.

Os números iniciais apresentavam as seguintes seções: sumário, sala dos professores, seção de humor, reportagens, propostas de projetos ou atividades metodológicas das diversas áreas do conhecimento, entrevistas com educadores de destaque ou dirigentes de órgãos educacionais, indicação de bibliografia específica para professores, mural de notícias e opinião.

A opinião ou depoimento dos leitores sobre reportagens veiculadas na revista, a divulgação de eventos, a solicitação de livros ou intercâmbio de experiências e a consulta sobre aspectos legais e trabalhistas da área do magistério sempre estavam presentes na seção Sala dos Professores, que abrangia de 3 a 4 páginas.

Os números mais recentes, a partir de 1995, conservam algumas dessas seções, acrescentando outras como a seção “Fala Mestre!”, onde educadores brasileiros e internacionais expõem suas concepções sobre educação. Também veicula contos da literatura infanto-juvenil, biografia e concepções pedagógicas de pensadores de destaque na área educacional.

## II – Mapeamento da temática “Avaliação da aprendizagem”

Dos 198 números da Revista Nova Escola, publicados no período de março de 1986 a dezembro de 2006, 117 foram consultados, correspondendo a 60% das publicações, diante das dificuldades de localização de uma coleção completa. Após uma leitura das publicações integrantes da amostra, selecionamos 56 edições que abordavam temas referentes à avaliação da aprendizagem, o que correspondia a 48,80% da amostra.

Essas publicações foram classificadas em dois grupos. O primeiro grupo abrangia os exemplares que tratavam a avaliação de forma indireta, isto é, abrangem temáticas diversas fazendo referências pontuais à avaliação da aprendizagem. Esse grupo incluiu os artigos temáticos, a seção de tirar dúvidas, os relatos de experiências e/ou projetos, depoimentos, informativos ou divulgação de empresas e instituições que oferecem cursos sobre essa temática.

O segundo grupo é composto de artigos específicos que enfocam o tema de forma direta e mais fundamentada, sendo que a relação dos artigos encontra-se no quadro 1.

### 2.1 – Abordagem Indireta

#### 2.1.1 – Artigos Temáticos

Esses artigos consistem em reportagens enfocando uma temática central, constituindo a avaliação um

dos aspectos contemplados, de forma indireta. Esse tipo de publicação teve maior frequência nos números analisados (28,80%).

Um dos primeiros artigos publicados pela Revista Nova Escola (14 de agosto de 1987) abordou a questão da “lição de casa”. Discutiu-se a validade dessa tarefa e a necessidade do professor fazer a correção e análise mais minuciosa ao invés de restringir a colocações do tipo certo e errado, fez ou não fez.

Defendeu que a correção diária da tarefa tanto ajuda o aluno a superar as suas dúvidas como também o professor avaliar se a criança entendeu ou não o que foi pedido, servindo para dinamizar o trabalho em sala de aula.

O segundo artigo, publicado na edição nº 17 (novembro de 1987), abordou a profecia que o professor faz, no início do ano letivo sobre os alunos que vão dar certo ou não. Essa profecia acaba se concretizando quando o professor inconscientemente deixa de estimular os alunos, priorizando os que têm um desempenho médio e bom e marginalizando os que manifestam desempenho fraco, isto é, não correspondem às suas expectativas.

Essas constatações se apóiam em pesquisas feitas por Robert Rosenthal e Jacobson, em escolas americanas em 1964, e nas realizadas no Brasil por Maria Helena Patto. Essa aponta que “*as crianças limpinhas, mais bem vestidas, mais branquinhas, tendem a ter mais progresso*”. (PATTO, 1987, p. 12). A professora encara a criança pobre e negra como indivíduos de segunda classe. “*Esse preconceito está em toda a sociedade e a professora não escapa dele*”. (p. 13)

Patto acompanhou a correção de provas junto com professores da rede pública e constatou que a correção ocorria de maneira diferente. “*As provas dos alunos que ela considera bons são priorizadas, chegando a por errado em questões que estavam certas nas provas dos ‘maus’ alunos*”. (pág. 14)

Na conclusão do artigo, recomendou “*é preciso que o professor comece a reconhecer que, mesmo sem querer, adota esse tipo de prática*”. Alertou para necessidade de o professor desenvolver um olhar crítico sobre si mesmo, fazendo uma auto-análise de sua atuação, respeitando a diversidade e tratando o aluno de acordo com seu ritmo e nível de conhecimento.

Nas edições de número 34 (outubro de 1989), 48 (maio de 1991) e 97 (outubro de 1996) a discussão se voltou para temas relacionados à alfabetização e ao construtivismo.

A primeira sintetizou aspectos de uma palestra de Emília Ferreiro, em Porto Alegre (RS), quando criticou o ensino tradicional em que o professor decidia que vogal ensinar, partindo do fácil para o difícil, em sua concepção, quando a criança poderia ter outra concepção de difícil. Colocou que a escola não se preocupa em avaliar a linguagem inicial da criança para daí iniciar o processo, mas em aplicar testes de prontidão para classificação, não para conhecimento da criança.

A edição 48 fez um balanço dos dez anos de construtivismo no Brasil, respaldando-se em experiências desenvolvidas em várias partes do país. Entre as dificuldades, quando da implantação dessas idéias na escola, relacionou a convivência da metodologia de sala com o sistema oficial de avaliação que continuava seguindo os moldes tradicionais. *“O que os professores fazem, em geral, quando a Secretaria não moderniza esse setor: é elaborar duas avaliações, uma verdadeira respeitando a produção do aluno; outra, pró-forma, para cumprir a burocracia”*. (1991, pág. 18)

O construtivismo também foi focado na edição 97 que fez uma análise crítica das cartilhas de alfabetização dentro desta perspectiva, em contraposição à tradicional. As cartilhas tradicionais começam com unidades mais simples da língua e seguem em direção às mais complexas (palavras, frases). O que está na cartilha é o certo, sendo que ler constitui um ato mecânico e cansativo e sem fluência. O erro é entendido como desvio do padrão e deve ser corrigido. Na concepção construtivista, as cartilhas partem das unidades globais da língua (palavras, textos) e analisa seus componentes para em seguida recriar os textos e situações apresentadas. O aluno deve ser avaliado de acordo com os estágios de aprendizagem da língua e não necessariamente corrigido de imediato. (pág. 13).

Nessa concepção, o erro serviria para compreensão do processo de aprendizagem do aluno por parte do professor.

O último artigo “O tira-teima do construtivismo: grandes e pequenas dúvidas esclarecidas” abordou uma série de questões respondidas por cinco especialistas na área, os quais defendem que o construtivismo se distingue por rejeitar a apresentação de conhecimentos prontos à criança, criticando a rigidez nos procedimentos de ensino e as avaliações padronizadas.

A prática avaliativa deve ser um processo contínuo de acompanhamento do aluno, diferente do sistema de provas periódicas. A avaliação deve ter caráter de diagnóstico – e não de punição, de certo ou errado, de exclusão. Além disso, a própria professora também deve se auto-avaliar e modificar, conseqüentemente, os rumos de seu trabalho.

A concepção construtivista enfatiza a importância do erro não como um tropeço, mas como um trampolim. A questão do erro também despontou nas reportagens publicadas na Revista Nova Escola n° 170 (março de 2004) e 198 (dezembro de 2006). A primeira respaldou-se em depoimentos de educadores enfatizando que a educação tradicional tentou levar os alunos a não errar nunca, principalmente em Matemática. O erro não pode ser encarado de forma complacente nem ser motivo de punição, ao contrário, ele ajuda o professor a descobrir maneiras diferentes de ensinar para que o estudante pense mais e perceba que essa disciplina não é tão difícil como parece.

Ao constatar o erro por parte do aluno, as seguintes sugestões deveriam ser adotadas para nortear o trabalho de orientação: 1) evitar confrontar o verdadeiro e o falso; 2) pedir ao aluno para justificar o raciocínio usado na resolução do problema; 3) procurar compreender o procedimento que o aluno adotou e motivo do erro; 4) discutir que existem diversos caminhos para chegarmos aos resultados; 5) propor problemas abertos com várias opções de resolução; 6) estimular a intuição, a dedução e a estimativa; 7) dedicar atenção especial à interpretação de enunciados em classe.

Para tanto o professor deve estimular o diálogo entre os alunos, usar o trabalho em grupo para fomentar a troca de idéias, elaborar os enunciados dos itens de forma clara e se ater aos problemas de inter-



pretação que os alunos apresentam para discussão em sala. Esses procedimentos apresentam certa semelhança com as propostas de Jussara Hoffmann sobre avaliação mediadora (1994), cujo professor tem um papel muito importante como mediador entre o aluno e o objeto do conhecimento.

A edição 198 trouxe uma entrevista com Charles Hadji, pesquisador francês e especialista em avaliação. Destacou que o professor deve organizar suas aulas, limitar o número de erros e garantir que todos os alunos aprendam. O professor pode se organizar para que todos façam o menor número possível de erros, escolhendo bem as situações de aprendizagem, com níveis de dificuldades coerentes com a capacidade da turma.

Além de trazer subsídios sobre o novo paradigma que vem norteando o campo educacional calcado nas contribuições da Psicologia Cognitiva e Sócio-interacionista, a revista também constitui uma forma de esclarecer o professor sobre as mudanças propostas na legislação e como melhor interpretá-las. A Revista Nova Escola nº 100 (março de 1997) esclareceu o que mudaria no ensino e na avaliação com a promulgação da LDB, logo após a sua publicação em dezembro de 1996. Explicitou a concepção de avaliação contínua e cumulativa a ser feita durante todo o ano, priorizando esses resultados em detrimento aos das eventuais provas finais. Voltou a enfatizar que os aspectos qualitativos seriam considerados mais importantes que os quantitativos.

Os demais artigos trataram da questão do “vestibulinho” (Revista nº 169, jan/fev de 2004) e da avaliação em Educação Física (nº 162, maio de 2003). O primeiro fez uma análise crítica dos testes aplicados pelas escolas particulares para selecionar os alunos para ingresso na 1ª série do ensino fundamental, o que enseja a ansiedade e estimula o espírito competitivo na criança, o qual foi proibido pelo Ministério da Educação.

Quanto à avaliação em Educação Física, por sua vez, a mesma não deveria considerar apenas a frequência do aluno, o uso do uniforme ou participação em jogos, mas ver se o mesmo aprendeu a conhecer o próprio campo e a valorizar a atividade física como

fator de qualidade de vida. Em escolas de Curitiba, por exemplo, prioriza-se o uso de fichas de observação para verificar as condições físicas, além do uso de relatórios, dinâmicas e da auto-avaliação para avaliar o aluno nessa disciplina.

### 2.1.2 – Seção de Tira-Dúvidas

Nessa seção incluíram-se questões levantadas por professores ou pais de alunos e respostas sobre aspectos relacionados à avaliação. Na amostra de edições da Revista Nova Escola, quatro artigos foram arrolados, correspondendo a 6,80% da amostra.

Na edição nº 7 da referida Revista (outubro de 1986) a dúvida se referiu aos critérios de avaliação. Uma mãe colocou em xeque os critérios, já que a filha, por contrair doença infecciosa, perdeu uma prova, ficando reprovada na série. Questionou as diretrizes da Lei nº 5692/1971, em vigor, que prevê a dependência. Não tendo resposta satisfatória por parte do sistema municipal de ensino, deu entrada com processo na Justiça Comum.

O professor Hélio Bizzo (USP) respondeu ao questionamento feito pela professora Norma Gonçalves (Brasília) na revista nº 87, explicitando que a elaboração e aplicação de uma prova está intimamente ligada ao planejamento do curso. A avaliação é um processo de obtenção de informações com base em critérios pré-estabelecidos para analisar o desempenho do aluno, e não para rotulá-lo, sugerindo que o professor discuta os critérios estabelecidos de antemão com o aluno e que a prova não deve ser a única forma de obtenção de informações.

“Dilema: *É certo dar um empurrãozinho*” foi uma questão discutida na Revista Nova Escola nº 88, de outubro de 1995. Frente ao caso de uma aluna que ficou reprovada várias vezes e desistiu da escola, levantou o questionamento: deve-se reprovar ou empurrar o aluno?

A professora Anete Abramowicz (PUC/SP) afirmou que a angústia pela decisão recai na professora do aluno, sugerindo que esse dilema deveria ser compartilhado com toda a escola. Defendeu que o (a) professor (a) deve ter uma jornada única de trabalho para poder melhor acompanhar o aluno individualmente, tomando uma decisão mais justa.

A outra questão dessa seção foi “Como saber se o aluno entendeu o que leu?” (Nova Escola 177, novembro de 2004).

Nesse texto, os professores criticaram o uso do questionário aplicado para verificar se o aluno entendeu o que leu, pois em muitos casos se restringiam à cópia do texto. Sugeriram que o aluno expusesse o texto com suas próprias palavras, tecesse comentários orais sobre o mesmo, participasse de rodas de leitura. Esse último procedimento, conforme texto publicado pela Revista, vem tendo boa aceitação por parte dos alunos da rede pública do Rio de Janeiro, principalmente nas aulas de Literatura no Colégio D. Pedro II.

### 2.1.3 – Relato de projetos e/ou experiências

Um tipo de publicação muito presente nos exemplares analisados constituiu os relatos de projetos e/ou experiências pedagógicas (20,30%). Essas experiências foram realizadas por professores atuantes em vários pontos do país. É um espaço para os professores se apresentarem como autores, relatando suas experiências e práticas pedagógicas adotadas a partir das novas referências pedagógicas em vigor. É uma forma de demonstrar como o professor vem se apropriando e/ou construindo seus saberes, diante do contexto e das condições de trabalho de que dispõe.

Um dos projetos apresentados referiu-se à implantação do Ciclo Básico na rede estadual do Paraná em março de 1992, cuja avaliação tradicional pautada na aplicação de testes foi abolida no final da primeira série do ensino fundamental.

A avaliação passou a ser um processo de acompanhamento e registro do desempenho do aluno e a ser feita no final da 2ª série para verificar como o mesmo trabalha o pensamento e o expressa “*Ensina-se primeiro a forma oral, depois, a escrita, e finalmente, a ortográfica, incentivando o diálogo e a compreensão do aluno*”. (nº 55, pág. 32). Os resultados vêm apontando uma queda nos índices de evasão e repetência.

A implantação do Ciclo Básico em vários Estados do país e o uso da avaliação constante e individualizada, priorizando a utilização de fichas de observação ao invés de testes e notas bimestrais e finais também já foi objeto veiculado anteriormente. (Revista Nova Escola nº 30, maio de 1989).

Outro tipo de publicação constituiu o relato de professores que participaram do Concurso Educador Nota 10, promovido pela Fundação Victor Civita a partir de 1995. O concurso visava valorizar e divulgar experiências educativas de qualidade, planejadas e executadas por professores em escolas do ensino regular.<sup>2</sup>

O concurso também foi uma estratégia importante de formação utilizada pela Revista do Ensino (Bicas, 2001) ao estimular os professores a estudarem e serem mais criativos. “*A utilização desse dispositivo, para incentivar a participação dos professores na produção da Revista e, por esse meio, na própria Reforma ... Tratava-se de uma estratégia explícita da Instrução Pública de assegurar, de maneira criativa e comprometida, à execução da Reforma do Ensino que estava em curso, aproximando os leitores aos conteúdos veiculados nesse impresso*”. (pág. 5).

O regulamento da Revista Nova Escola especificava as normas que norteavam o concurso, explicitando que o relato a ser enviado deveria conter: justificativa, objetivos, conteúdos curriculares, metodologia e avaliação. A avaliação deveria ser em relação ao processo de aprendizagem do aluno e do trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor.

O regulamento também previa que os trabalhos premiados seriam publicados na Revista Nova Escola como uma forma de divulgação e socialização da experiência. Um desses trabalhos foi o da professora Liz Adriane Volim (Nova Escola, nº 179, jan/fev de 2005). Com a ajuda de “*um livro infantil cheio de humor ensinou a classe a resolver problemas de cálculo em Matemática e a perceber que há vários jeitos de chegar a um resultado correto*”. (pág. 44).

Para avaliar o desempenho discente, a professora priorizou as atividades realizadas em cada uma das etapas, organizadas em um portfólio. Por meio dessas atividades a professora avaliou como os alunos elaboravam as estratégias de cálculo e resolviam os problemas.

O portfólio é um procedimento avaliativo recomendado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que vem sendo divulgado por vários educadores, dentre estes Villas-Boas (2004). Nesse projeto a professora

demonstrou a apropriação deste procedimento para favorecer o acompanhamento do desempenho discente.

Nos outros projetos apresentados por outros professores verificou-se a ênfase na avaliação contínua, ou seja, a representação de que o ato de avaliar se constitui gradativamente, através do acompanhamento do professor ajudando o aluno nas diversas atividades. Para processar essa prática os docentes recorriam também ao uso da observação, fichas de registro, produção de textos, peças teatrais, relatórios de pesquisa. O teste foi um procedimento descartado pelos professores por não favorecer o acompanhamento do aluno durante o processo, além de criar um clima de tensão e ansiedade no aluno.

A Revista Nova Escola editada em janeiro/fevereiro de 2006 (edição nº 189) também relacionou os projetos premiados no Concurso Civita, sendo que a avaliação contínua e o uso de procedimentos diversificados para obtenção da informação do aluno e do professor se fizeram presentes.

Outros relatos referiram-se a experiências desenvolvidas na Escola Municipal localizada em Angra dos Reis (RJ), publicadas nas revistas nº 111 (abril de 1998) e em São Paulo (revista nº 20, abril de 1988) que priorizaram temas do interesse do aluno.

Nesses relatos pode-se ver a ênfase atribuída à avaliação realizada no cotidiano escolar em detrimento ao uso de provas.

#### 2.1.4 – Seção de depoimentos ou de cartas

Nessa seção incluíram-se o posicionamento de leitores, pais ou professores, sobre a prática avaliativa realizada em escolas ou sobre reportagens veiculadas na Revista. Nove notícias foram classificadas nessa seção da revista (15,30%).

Na Revista Nova Escola, editada em março de 1987, a professora Gizele Cunha (SP) manifestou seu apreço pela primeira reportagem sobre avaliação, intitulada “Avaliação Escolar: instrumento a favor ou arma contra os alunos”, de autoria da professora Dra. Clarilza Prado, publicada no número anterior da Revista. Segundo essa leitora “*é muito importante falar da responsabilidade da professora na avaliação, que quase sempre é um instrumento de poder*

*usado indiscriminadamente para dominar a sala de aula*”. (pág. 4), dependendo da relação de simpatia ou antipatia com o aluno, quando deveria constituir uma relação real de troca entre aluno e professor.

A professora Maria Zoraide Pereira (Araucária/PR) também deu um depoimento interessante na edição de nº 80 (novembro de 1994), enfatizando que a avaliação não pode ser um instrumento de poder e de ameaças nas mãos dos professores. O professor deve fazer da avaliação um instrumento de conhecimento e diagnóstico da situação do aluno a fim de saber como melhor orientá-lo.

Professoras atuantes em vários locais do país também elogiaram a reportagem “Avaliação Nota 10”, publicada na edição de número 147 (novembro de 2001). Alessandra Assaf (Jacareí/SP) colocou que o artigo contribuiu para seus estudos de nível superior. Danuse Dalla Lana (São Pedro do Sul/RJ) avaliou o texto como esclarecedor, considerando ser a avaliação uma atividade complexa, porque ainda “*estamos ligados a um contexto em que ela foi instrumento de dominação e castigo*”.

Através desses depoimentos, verifica-se que a revista constitui um canal de comunicação entre leitores de vários pontos do país, ensejando a troca de experiências e demonstrando sua abrangência no território nacional.

#### 2.1.5 – Seção de divulgação de cursos e livros

A Revista Nova Escola também constitui um veículo para divulgação de cursos e livros que tratam da temática educacional e, mais especificamente, da avaliação da aprendizagem para atender o interesse dos professores que pretendem participar de ações de formação continuada.

Nas edições de número 154 e 155, a empresa NITTAS Vídeo relaciona vídeos da Série Pedagógica, um deles enfocando a avaliação da aprendizagem, disponibilizando endereço eletrônico para contato. [www.nittasvideo.com.br](http://www.nittasvideo.com.br).

A primeira edição também relacionou cursos oferecidos pela PUC/SP, entre eles o de “Avaliação na visão sócio-cultural”.

A Revista Nova Escola nº 176 (outubro de 2004) divulgou o livro “Ser professor é cuidar que o aluno



aprenda”, de autoria de Pedro Demo, que sugere “*uma série de estratégias para melhor avaliar o aluno e aprender com isso*”. (pág. 68).

A sugestão da leitura dessa obra veio reforçar a questão da avaliação contínua, apresentando-se como uma fonte para o professor que buscou rever sua prática avaliativa.

## 2.2 – Artigos específicos

Nessa categoria estão os artigos que abordaram a questão da avaliação da aprendizagem de forma mais aprofundada, baseando-se nas colocações teóricas de educadores brasileiros ou internacionais. Representa 20,30% dos artigos publicados.

O primeiro artigo intitulou-se “Avaliação escolar: instrumento a favor ou arma contra os alunos”, de autoria de Clarilza Prado, professora da PUC/SP. A autora defendeu a avaliação como um recurso pedagógico que permite melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, ao invés de ser utilizada com a função classificatória, para o professor exercer seu autoritarismo e controle sobre o aluno.

Ressaltou-se, nesse artigo, que muitos professores ainda têm uma visão idealizada do aluno sem ver suas condições sócio-econômicas. Se o aluno não fez o dever de casa, se é desinteressado e indisciplinado, o professor não se atenta se o mesmo tem espaço ou um meio estimulante de estudo em sua casa, se o modelo de escola, que trabalha conteúdos de forma monótona e sem vinculação com a realidade não contribui para essa situação (pág. 27). Em síntese, “*o ensino é planejado apenas para o aluno médio, sem levar em consideração os mais fracos, principalmente aqueles provenientes de famílias pobres (portanto, já discriminados pela sociedade)*”. (pág. 26).

Alertou para uma mudança na postura do professor usando os resultados da avaliação como diagnóstico, detectando os pontos positivos e negativos e planejando alternativas de trabalho para o aluno.

A participação discente no processo avaliativo foi destacada, sendo que indicou orientação para o professor fazer uma avaliação compartilhada. Ao planejar o trabalho o professor deve comunicar aos alunos o que vão aprender, o por quê e como irá desenvolver o curso. Deve-se incentivar sua participação na defi-

nição dos critérios para atribuição de notas, se vai haver lição de casa, trabalho de pesquisa, provas, chamada oral, em que momentos, o prazo de entrega, a forma de apresentação e correção. A prova deve ser preparada com base nos objetivos e utilizar uma linguagem clara. Quando da devolução da prova corrigida, deve-se usar pelo menos uma aula para discussão dos resultados, analisando as respostas, o raciocínio do aluno e trabalhando outras situações para que não cometa novamente os mesmos erros.

“Planejamento – momento de decidir que tipo de professor você quer ser” foi publicado na edição número 37. Discutiu a preocupação de especialistas e professores na busca de formas de planejar e avaliar a aprendizagem levando em conta a formação de alunos conscientes e participantes, respaldando-se na tese de doutorado da professora Ilea Oliveira de Almeida Viana (USP).

Nessa pesquisa detectou professores que, motivados pela burocracia, fizeram um plano de ensino fechado, dois meses depois aplicaram um teste ou uma prova, deram uma nota para reprovar ou classificar o aluno. Nessa linha tradicional, o professor formou um aluno acrítico e não criativo, uma vez que se trabalhou com conteúdo repetitivo e a avaliação como uma atividade isolada, descolada do processo de aprendizagem. Discutiu-se a necessidade do professor mudar, de ver o momento de planejar como uma oportunidade de facilitar sua tarefa ao longo do ano, adequando os objetivos à sua clientela. O professor teria de mudar a concepção que tem do aluno, o que implicaria na questão do conteúdo a ser trabalhado e na sistemática de avaliação. Ao invés de testes, com questões envolvendo a memorização, deveria contemplar o raciocínio e a capacidade do aluno de construir e testar hipóteses. Defendeu que a avaliação serviria tanto para o professor ver se o aluno compreendeu o assunto como para refletir sobre o trabalho pedagógico.

Relatou duas experiências em que os professores vinham trabalhando práticas diferentes: no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, o aluno estava sendo avaliado através de provas e da auto-avaliação; enquanto na rede municipal do Espírito Santo, por uma ficha de avaliação individual contemplando o desempenho do aluno em várias

atividades, conjugando com os resultados da auto-avaliação.

No sétimo ano de edição da Revista Nova Escola (nº 60), em setembro de 1992, foi publicado o artigo “Como trabalhar o erro”. Respalhando-se nas colocações de professores e pesquisadores da Língua Portuguesa (Wanderley Geraldi, Magda Soares) e de avaliação (Luckesi), debateram-se os erros cometidos pela criança durante o processo de alfabetização. A escola tradicional não aceitava o erro ortográfico, riscando ou apagando da memória, pois sua persistência ou permanência levaria o aluno a fixá-lo ou repeti-lo pela vida afora. Essa forma ainda persiste decorrente da visão de ensino que enxerga o conhecimento como algo pronto e acabado e a criança como um armário cheio de gavetas; essa atitude frente ao erro pode culminar, em último caso, com a evasão do aluno da escola.

Em contraposição, o professor deveria conhecer para saber compreender como a criança vem construindo o conhecimento, para saber quando e como interferir.

Várias alternativas foram propostas para se trabalhar o erro, como a listagem das palavras grafadas de forma inadequada para as crianças fazerem a revisão; uso de símbolos para grafar os problemas e entrega ao aluno de uma lista com dicas para correção e autocorreção; trabalho em grupo com uso do dicionário e construção do caderno individual de memória ortográfica para registro das palavras erradas e os avanços.

A questão do erro também foi objeto de discussão na edição número 138, na reportagem intitulada “Avaliar para crescer”, respaldando-se nas contribuições de Celso Vasconcelos, Charles Hadji e no relato de experiências de vários educadores.

O ato de avaliar, centrado na administração, correção e entrega de provas não é mais suficiente. “*A prova tradicional avaliava bem o nível de memorização dos alunos*”. (2000, pág. 47), sendo que a avaliação deve avaliar o aluno e favorecer o trabalho docente.

O professor precisa saber onde está falhando para planejar o que e como ensinar. Para sistematizar essa nova concepção destacou quatro etapas a serem ob-

servadas: 1) o professor precisa ter objetivos claros, saber o que os alunos já conhecem e preparar o que eles devem aprender em função de suas necessidades (avaliação inicial); 2) selecionar conteúdos e atividades adequadas àquela turma (avaliação reguladora); 3) parar e avaliar o desempenho do aluno, para medir seu desempenho (avaliação final), e, 4) analisar e repensar o processo (avaliação integradora).

Hadji deu grande destaque a essa última etapa da avaliação, principalmente no ensino infantil organizado na sistemática de ciclos. Enfatizou o uso da auto-avaliação não com a função de atribuir nota e classificar o aluno, mas para desenvolver seu espírito crítico e sua autonomia, de modo que pudesse avaliar seu desempenho e buscar alternativas para seu progresso.

O texto sugeriu bibliografia para leitura e aprimoramento das concepções por parte do professor.

O uso da auto-avaliação também foi utilizado pelo professor Dante de Rose Júnior (Escola de Educação Física da USP), para analisar o baixo desempenho dos alunos nas competições físicas devido ao stress (revista no. 96). O professor desenvolveu um questionário para medir a frequência de seus sintomas em jovens que competem profissionalmente ou na escola. Dirigido a crianças de 10 a 14 anos, o teste era composto de 31 questões, as quais tratavam de sintomas de stress que pudessem aparecer às vésperas da competição, sendo que avaliar esse aspecto é importante para orientar professores e treinadores de Educação Física.

O trabalho foi resultante de uma tese de doutorado, cuja equipe da revista procurou socializar de forma clara aos professores, favorecendo a disseminação do saber produzido na academia.

O artigo “Para aprender (e desenvolver) competências” (Revista número 135) ressaltou que não se devia mudar apenas a forma de planejar o trabalho pedagógico, mas também de avaliar. A observação foi posta como a melhor forma do professor saber se houve ou não aprendizagem. Ela precisa ser feita durante todo processo, com o mestre prestando atenção ao que cada aluno está fazendo, como reage aos estímulos, o que atraiu seu interesse. Do contrário, “*o professor não vai ajudá-lo a superar suas dificuldades em sala de aula*”. (pág. 16).

O artigo se respaldou nas idéias de Perrenoud, que apontou sete procedimentos para realização de uma avaliação eficiente: 1) a tarefa e suas exigências precisam ser conhecidas pelo aluno antes de iniciá-las; 2) as tarefas devem ser contextualizadas; 3) não pode haver nenhum constrangimento de tempo fixo; 4) é necessário exigir uma certa forma de colaboração entre os pares; 5) o professor tem de levar em consideração as estratégias cognitivas e metacognitivas utilizadas pelos estudantes; 6) as tarefas devem contribuir para que os estudantes desenvolvam ainda mais suas capacidades, e, 7) a correção precisa levar em conta apenas os erros de fundo na ótica da construção da competência.

No ano de 2000, pôde-se verificar o interesse da Revista em explorar a temática da avaliação da aprendizagem em duas edições (números 135 e 138), o mesmo ocorrendo no ano de 2001 (números 144 e 147).

O primeiro número (144) trouxe uma reportagem com Pedro Demo intitulada “É errando que a gente aprende”. Esse educador criticou a aula expositiva, na qual o aluno recebe tudo pronto, ressaltando que o aluno só aprende se ler, pesquisar e elaborar, daí a necessidade de se criar um ambiente de aprendizagem em que se possam reconstruir experimentos ou até conceitos a fim de que o aluno se sinta desafiado a pesquisar, a “quebrar” a cabeça.

É importante lembrar que o erro, de acordo com a reportagem supra citada, não é um corpo estranho, uma falha na aprendizagem, mas elemento essencial do processo. O professor no Brasil tenta, em geral, explicar o erro, lutar contra ele. A própria existência da prova demonstra que não sabe trabalhar o erro. Quem errou na prova deve fazer outra, em vez de receber uma nota pelo que apresentou nela.

Segundo Demo, “o bom professor não é aquele que soluciona os problemas, mas justamente o que ensina os alunos a problematizarem”. (pág. 51).

A edição da Revista Nova Escola (número 147) trouxe dois artigos sobre avaliação: “Avaliação nota 10”, elaborado por Paola Gentile e Cristiana Andrade, e uma entrevista com Mere Abramowicz, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/SP.

O primeiro artigo defendeu a importância da avaliação formativa em detrimento aos exames finais, culminando com a atribuição de notas e cálculo da média, o que não media a quantidade nem a qualidade da aprendizagem. Segundo Sandra Záchia de Souza (USP), esse é um jeito velho e ultrapassado de enxergar o ensino. Defendeu a necessidade de o professor mudar sua postura diante do uso que se faz dos resultados da avaliação ao invés de mudar os procedimentos avaliativos.

Na concepção dessa educadora “a nota é apenas uma representação simplificada de um momento do processo ensino-aprendizagem. O que vale é o crescimento do aluno em relação a si próprio e aos objetivos propostos”. (pág. 16)

Luckesi também fundamenta as idéias contidas nesse artigo, ao destacar os três passos inerentes ao processo de avaliar: 1) conhecer o nível de desempenho ao aluno (constatação da realidade); 2) comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo (qualificação), e, 3) tomar decisões que possibilitem atingir os resultados esperados. Para ele, a avaliação, pontual ou contínua, só faz sentido quando provoca o desenvolvimento do educando. (pág. 16).

O artigo trouxe depoimentos de vários professores gaúchos e paulistas que vinham buscando procedimentos mais adequados para acompanhar o desempenho discente como a observação, o diário de classe, o dossiê, auto-avaliação:

*No final do semestre, o dossiê vira base para o preenchimento da ficha de indicadores da avaliação. O documento contém informações sobre atitudes, procedimentos e apreensão de conteúdos e conceitos. Antes da definição do parecer, porém, o estudante também faz sua auto-avaliação. Queremos o mais completo registro do processo de aprendizagem, define a coordenadora pedagógica Suzir Palhares. (pág. 20).*

O uso da auto-avaliação é uma forma de compartilhar a situação com o aluno e de se tomar uma decisão mais justa.

Na conclusão do artigo, apresentou-se um desafio para o professor leitor fazer uma reflexão de seu trabalho, e a indicação de vários procedimentos avaliativos que poderá adotar para realizar uma prática mais inovativa e participativa:

*Se precisa passar centenas de médias aritméticas avaliadas pelo sistema de provas, vá em frente. O ano está terminando e talvez não haja tempo para recomeçar o trabalho. No próximo ano, porém, que tal ler atentamente o quadro com as formas de avaliação mais comuns e encontrar as que, misturadas, melhor se adaptem à realidade de suas turmas? (pág. 21).*

Entre os nove jeitos mais comuns de avaliar, destacaram a prova objetiva, a prova dissertativa, o seminário, o trabalho em grupo, o debate, o relatório individual, a auto-avaliação, a observação e o conselho de classe, detalhando no que consiste a função, vantagem e limitação, os cuidados quando do planejamento, análise e utilização das informações obtidas através de tais procedimentos.

Mere Abramowicz (edição número 147) colocou que a forma de se praticar a avaliação reflete a concepção de escola, de homem e de mundo do professor.

A avaliação baseada em provas revela uma prática positivista e tecnicista que prioriza o produto e a atribuição de notas e classificação do desempenho. Revela uma educação baseada na memorização dos conteúdos. Já a avaliação qualitativa se baseia num paradigma crítico e visa à melhoria da qualidade da educação. Reflete um ensino que busca a construção do conhecimento, sendo que a preocupação é com o processo.

Para essa educadora, a avaliação deve estar articulada com o projeto político-pedagógico da escola, o qual dá significado ao trabalho docente, além do que não deve se restringir aos aspectos cognitivos, mas aos aspectos afetivos e culturais do estudante. O professor deve contemplar o entusiasmo e a paixão demonstrada pelo aluno ao apresentar um trabalho em sala, o resultado de uma pesquisa, ao descobrir a solução de um problema.

Indagada sobre a relação entre a formação e a qualidade da avaliação praticada por um educador, afirmou que *“a história pessoal do professor e o jeito como ele foi avaliado quando era estudante iluminam sua maneira de atuar. Depois essa marca de identidade vai sendo modificada com a formação”*. (2001, pág. 25).

Em sua opinião, a produção acadêmica pouco influi na formação e atuação docente, pois *“as pesquisas não são adequadamente divulgadas”*. (pág. 25). O professor quase não tem acesso aos resultados das pesquisas e quando tem, é de *“forma precária. O que ele consegue fazer, com competência, é tentar acompanhar livros e periódicos, mas acho que há um espaço de articulação entre as pesquisas universitárias e a escola que precisa ser preenchido”*. (pág. 25).

Os professores que usam inadequadamente a avaliação só o fazem porque não estão devidamente preparados; daí a importância do sistema prover os professores de melhores condições de trabalho e garantir uma boa formação contínua, com ênfase no trabalho coletivo.

O outro artigo “Avaliar para melhor ensinar” foi publicado na Revista Nova Escola 159 (janeiro/fevereiro de 2003). Nele, percebe-se a defesa da avaliação formativa respaldando-se na LDB que estabelece que a avaliação deve ser contínua e priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem ao invés de se restringir à nota de uma prova ou trabalho feito no final do período.

O artigo trouxe a experiência de professores de diferentes estados que utilizavam os diários e a auto-avaliação para análise do desempenho discente e buscavam maneiras de fazer com que todos aprendessem. Para tanto, o professor deveria explicitar o porquê e o para quê realizar a auto-avaliação, de modo que o aluno conhecesse os aspectos em que se deve basear para análise de seu desempenho:

*Durante o processo de auto-avaliação, é importante que todos possam expor sua análise, discutir com o professor e os colegas, relatar suas dificuldades e aquilo que não aprenderam...*

Além de ser um instrumento para melhorar o trabalho docente, a auto-avaliação é

uma maneira de promover a autonomia de crianças e de adolescentes. Para que isso realmente aconteça, o processo necessita ser democrático. “O aluno deve dizer sem medo de ser punido o que sabe e o que não sabe. Se ele perceber que não há punição nem exclusão, mas um processo de melhoria, vai pedir para se avaliar (Pág. 28).

As idéias de Jansen Felipe da Silva (Universidade Federal de Pernambuco) e de Jussara Hoffmann respaldam esse artigo. Ao ser questionada sobre a possibilidade de alterar a prática diante das condições de trabalho deficientes do professor (classes numerosas e reduzido tempo do educador com as turmas), essa educadora sugeriu ser possível desde que o professor buscasse novas alternativas:

*Por meio de experiências educativas em que os alunos interajam. Isso inclui sistemas de monitoria, trabalhos em duplas ou em grupos diversificados. Durante as atividades coletivas, ele circula, insiste na participação de um e de outro. Se a experiência interativa for significativa, o reflexo será percebido nas atividades individuais (pág. 30).*

O professor pode também adotar em sala de aula o sistema de rodízio. Em um dia analisa o desempenho de cinco crianças, em média, em termos da leitura, analisando o das outras nos demais dias da semana.

Jansen Silva também alertou sobre a importância do professor em conhecer os procedimentos de avaliação e escolher os mais adequados aos objetivos a serem analisados, os quais “devem ter coerência com a prática diária”. Disse que “não é possível ser construtivista na hora de ensinar e tradicional na hora de avaliar”. (pág. 32).

Procedimentos adequados dão informações valiosas que favorecerão a compreensão do processo de aprendizagem da turma e mostrarão caminhos para uma intervenção visando sua melhoria.

Concluiu o artigo com o relato de experiência de um professor de História em Porto Alegre que recorreu ao uso articulado de vários procedimentos como desenho, da produção de textos, de seminários, de relatório de pesquisa para análise de desempenho da turma e de seu trabalho, com o intuito de ensinar melhor.

Interessante verificar a relação, planejada ou não pelos editores, entre as idéias ventiladas na edição número 147 (novembro de 2001) e 159 (janeiro/fevereiro de 2003). A primeira discutiu vários procedimentos para uma prática avaliativa diferente enquanto que, a última, apresentou experiências envolvendo o uso articulado desses procedimentos avaliativos. Através da utilização desses, o professor teria condições de avaliar as formas de expressão do aluno, como ler, analisar, interpretar, redigir, desenhar, buscar e sintetizar informações, tendo condições de tomar decisões mais acertadas sobre o educando, de fazer com que todos aprendam.

Jussara Hoffmann (pág. 27) defendeu que a avaliação escolar, hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhor aprendizagem, sendo que o professor Jansen Felipe da Silva (UFPE) acrescentou que a avaliação “não é identificar problemas de aprendizagem, mas necessidades”. (pág. 27). Para que a avaliação sirva à aprendizagem é essencial conhecer os alunos e suas necessidades para melhor buscar caminhos de solução.

O professor deve encarar o aluno como parceiro sendo fundamental esclarecê-lo sobre o que vai ser visto em aula e o porquê de estudar aquilo, incentivando a auto-avaliação para que o aluno explicito o que entendeu, suas dúvidas, colaborando com o professor na revisão e melhoria de seu trabalho.

A título de exemplo, citou a experiência desenvolvida no Colégio Cenecista (Santa Catarina) que recorreu à auto-avaliação oral e escrita. No final, a professora comparou a auto-avaliação das crianças com seus registros para melhor compreender a história de cada uma delas, bem como para organizar programas que atendessem às suas necessidades, de modo que elas se sentissem incluídas no grupo e apresentassem melhores condições de acompanhar as atividades e participar mais das aulas.



Jussara Hoffmann diante das dificuldades e dúvidas dos professores para mudarem a maneira de avaliar afirmou que a LDB prevê a avaliação contínua e que cabe ao professor tomar consciência do significado da mudança e lutar para sua concretização, alertando que “*é difícil mudar, mas compensa*” (pág. 30).

Nesse artigo também se valorizou o uso dos relatos de avaliação na forma de pareceres para investigar como os alunos estão aprendendo e o que deve ser feito para melhoria do trabalho. Para corroborar tal colocação, relatou a experiência da professora Roberta Rodrigues, atuante em uma escola da rede municipal (Recife, PE), organizada no sistema de ciclos, que recorreu ao uso de pareceres para avaliação do aluno ao invés do uso de provas e do cálculo de médias.

Os relatórios foram construídos durante todo o ano e serviram de base para o planejamento diário e para subsidiar o trabalho do docente das séries posteriores.

Essas experiências favoreceram o acompanhamento da aprendizagem respeitando a individualidade do aluno, a observação de seus progressos e possibilitaram a melhoria do trabalho docente.

No final do artigo houve uma relação do nome e endereço dos colégios citados, bem como de livros escritos por Perrenoud, Heraldo Viana, Jussara Hoffmann e Júlio Grosppa Aquino, para favorecer o professor nas suas atividades de leitura e de aprimoramento profissional.

A cola, um dos problemas enfrentados pelos professores quando nas situações de avaliação, foi objeto de análise da Revista número 173. O artigo “O aluno colou? É hora de discutir avaliação e as regras”, ratificou que ao invés do professor redobrar a vigilância ou diversificar os meios de checar a aprendizagem, deveria refletir sobre o sistema de trabalho e de avaliação adotados, propondo questões para sua reflexão – Será que nas provas você exige memorização? O conteúdo foi bem explicado? Pense e discuta com colegas, alunos e a direção se o método de avaliação adotado na escola é justo e eficiente? É apenas a nota do teste que é considerada? Você considera os resultados da prova para reorientar as suas ações? Quando boa parte da turma tira nota abaixo da média,

você aproveita para auto-avaliar seu trabalho ou entender que o problema pode estar na incapacidade de aprendizagem deles?

Hoffmann afirmou que a “*cola é resultado de uma aprendizagem não significativa. O aluno não cola aquilo que entende*”. (pág. 49).

O aluno usa várias estratégias para colar, sendo que não adianta castigá-lo, mas tentar entender por que. Às vezes, a cola decorre de um ensino que privilegia a memorização e o aluno se recusa a provar coisas pelas quais não se interessa, ou porque tem insegurança.

O artigo trouxe depoimentos de diretores e professores atuantes em escolas de Porto Alegre, Salvador e Rio de Janeiro, que utilizaram a avaliação processual, no dia a dia, estimulando o aluno a usar de sua capacidade de argumentação para demonstrar o que aprendeu. Além da avaliação no cotidiano, os professores vêm se utilizando de vários mecanismos, entre eles, prova com consulta, provas dissertativas, provas em dupla, pois o importante é avaliar a capacidade de argumentação do aluno e não sua capacidade de colar, de driblar o professor.

A edição número 191 trouxe uma reportagem com Cipriano Luckesi intitulada “O objetivo da avaliação é intervir para melhorar”. O autor criticou as provas e exames que são apenas instrumentos de classificação e seleção, não contribuindo para a qualidade do aprendizado nem para o acesso de todos ao sistema de ensino.

Fez uma distinção entre verificação (exame) e avaliação a fim de melhor esclarecer aos educadores que usam tais terminologias de forma equivocada. Assim sendo, o ato de examinar foi posto no texto como pontual, classificatório e seletivo, enquanto a avaliação, diagnóstica e inclusiva. O professor usa de instrumentos para coleta de informações a fim de analisar o desempenho do aluno, planejando intervenção para a melhoria da aprendizagem. Além disso, a avaliação é inclusiva porque o estudante vai ser estimulado a dar um passo à frente, a progredir.

O uso das provas é ranço da pedagogia tradicional, muito presente na formação do professor. Reco-

mendou que a escola deve promover discussões para o professor se envolver na construção do Projeto Pedagógico e se inteirar das proposições de outros educadores que vêm investindo em uma prática pedagógica e avaliativa construtiva.

Esse artigo contribuiu para esclarecer ao professor sobre as implicações políticas da avaliação, sua relação com o planejamento e a prática de ensino, bem como sobre os aspectos psicológicos e históricos influentes na prática avaliativa.

A última reportagem publicada na Revista nº 194 intitulou-se “Melhor que boletim”. A avaliação descritiva foi considerada como o melhor jeito de avaliar na creche e na pré-escola, apoiando-se em experiências realizadas por docentes em São José dos Campos e São Paulo.

A avaliação tradicional culminava com o registro das notas no boletim, que era enviado aos pais, com frases do tipo: “Carlos é bonzinho”, “Maria é muito esperta”. Na sistemática atual vem se fazendo uma carta descrevendo as conquistas do aluno em matemática, em leitura e no relacionamento com os colegas. Toda criança segundo a LDB tem direito a uma análise profunda, crítica e reflexiva de seus avanços cognitivos, motores, afetivos e sociais.

A carta é uma forma de fazer um acompanhamento vendo as preferências, as dificuldades e conquistas, isto é, a história do aluno.

Para proceder a essa sistemática avaliativa, nove passos foram sugeridos: 1) planejar, estabelecendo os objetivos que se pretende atingir; 2) observar com o olhar apurado; 3) investigar os processos de aprendizagem; 4) registrar e organizar as observações; 5) analisar os resultados; 6) comparar tarefas e atividades; 7) recortar os fatos mais relevantes; 8) comunicar a análise; 9) planejar novas situações didáticas.

## **Conclusões**

A Revista Nova Escola vem constituindo um periódico de publicação regular durante mais de 20 anos, subsidiando o professor atuante no ensino fundamental. Não é um periódico oficial, mas conta com o apoio financeiro do Ministério da Educação e Cultura colaborando no processo de formação continuada do professor, preenchendo as lacunas da escola e dos dirigentes responsáveis pelo sistema público e particular de ensino, que pouco investem em eventos para (in) formar o professor a respeito das mudanças introduzidas pelas reformas e legislação e dos avanços no campo da educação.

Após um mapeamento e análise dos artigos voltados para a questão da avaliação da aprendizagem, verificou-se que essa temática vem sendo contemplada de forma mais intensa nas edições posteriores ao ano de 2000, difundindo as novas diretrizes da LDB que defendem a avaliação contínua e cumulativa respaldadas no ideário construtivista.

Críticas são feitas à prática avaliativa tradicional centrada na aplicação de provas para classificação do aluno, inteirando o professor dos princípios e procedimentos para concretização da avaliação na concepção construtiva cujo erro deve ser encarado como um subsídio para compreensão e orientação discente e redimensionamento do trabalho pedagógico.

A revista, além de constituir um veículo informativo, apresentando as concepções teóricas de educadores voltados para essa temática como Perrenoud, Luckesi, Hoffmann e outros, vem contribuindo para o processo de formação continuada e sensibilização do professor para enfrentar os novos desafios postos à educação como um mecanismo de democratização do saber e da sociedade.

## Notas

- <sup>1</sup> Carta do Editor – Victor Civita, na Revista Nova Escola, ano I, nº 1, março de 1986, pág. 5.  
<sup>2</sup> Regulamento do Projeto Educador Nota 10. Revista Nova Escola. Nº 191, ano XXI, abril de 2006, págs. 59 a 60.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Giana Lange do. Através do periódico “A Palavra”: aspectos sobre a Igreja Católica e a Educação em Pelotas”. In: **Livro de Resumos do V Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Évora - Portugal, 2005, V. I, p. 113.

BICCAS, Maurilaine de Souza. “Imprensa periódica: a propaganda como estratégia de implantação de uma escola nova em Minas Gerais (1929 – 1932)”. In: **Livro de Resumos do V Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Évora - Portugal, 2005, V. I, p. 218 – 219.

BICCAS, Maurilaine de Souza; CARVALHO, Maria C. de. “Reforma escolar e práticas de leituras de professores: a Revista do Ensino”. In: **Biblioteca e formação docente: recursos de leituras (1902 – 1935)**. Orgs. CARVALHO, M.M. Chagas; VIDAL, Diana G.; Belo Horizonte / São Paulo: Autêntica, Editora, FEUSP / FINEP, 2000.

### Sobre o autor:

Miguel André Berger é doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia, professor associado do Departamento de Educação e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

\_\_\_\_\_. **O ingresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais: o caso da Revista de Ensino (1925 – 1940)**. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação / USP, 2001.  
 FARIAS, Ana L. R. de. “Educação em Revista: um primeiro olhar sobre a Revista do Mestrado em Educação”. In: **Anais da IV Semana de Educação**. São Cristóvão, Sergipe, 2003.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 4ª. Ed., Porto Alegre: Educação e Realidade, 1994.

PATTO, Maria Helena S. (org). **Introdução à Psicologia escolar**. 9ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

SILVA, Milena Colazingari da. “Conhecimento pedagógico e Escola: um exame a partir da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”. In: **Livro de Resumos do V Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Évora – Portugal, 2005, V. I, p. 220-221.

VILLAS-BOAS, Benigna M. de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: São Paulo, Papirus, 2004.